

## Plenário aprova emenda que aumenta salário de professor

*Proposta assegura um gasto mínimo de R\$ 300 por aluno ao ano. Caso o município não tenha esse dinheiro, governo federal fará a complementação dos recursos necessários*



José Sarney, autor do projeto do Estatuto da Microempresa, e Bello Parga, relator da proposta, participaram ontem de seminário sobre esse segmento econômico. Página 2

### Novo Código de Trânsito pode ser apreciado hoje

O Senado deverá votar hoje, em sessão extraordinária marcada para as 10h, o projeto de Código de Trânsito Brasileiro, que prevê punições mais severas para os motoristas infratores. O novo código tem 339 artigos e este é o segundo turno de votação.

A matéria seria votada na última terça-feira (dia 27), mas os líderes partidários pediram adiamento, a fim de que se realizassem reuniões para chegar a um acordo sobre os mais de 20 pedidos de destaque apresentados em plenário.

### Dutra retira projeto sobre venda da Vale

O líder do PT, senador José Eduardo Dutra, retirou ontem o projeto de sua autoria que submetia a privatização da Companhia Vale do Rio Doce à deliberação do Congresso Nacional. O pedido de Dutra, aprovado em plenário, foi precedido de uma longa discussão sobre o destino do dinheiro a ser arrecadado com a privatização.

Página 4

### Autorizado empréstimo para o SUS

O Senado aprovou ontem autorizações para o Executivo contratar duas operações de crédito externo junto ao Banco Mundial.

A primeira operação, no valor de US\$ 300 milhões, destina-se ao financiamento parcial do projeto de reforço à organização do Sistema Único de Saúde (SUS).

A segunda, de US\$ 350 milhões, garantirá parte dos recursos necessários ao Projeto de Reestruturação e Desestatização da Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

### CAE debate pacote ecológico com ministro

As linhas básicas de uma política ecológica para o País foram discutidas no encontro de Gustavo Krause com os senadores, na Comissão de Assuntos Econômicos. Página 7

### Agricultor é garantido contra perdas

Página 5

## Regulamentada a arbitragem em contratos

*Projeto aprovado ontem cria no Brasil recurso existente em vários países. Página 3*

## PT alega defesa do emprego para apoiar a proposta

O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), leu ontem em plenário documento aprovado pelo seu partido em defesa da pequena e da micro-empresa. Sustentando que elas são vitais para o equilíbrio da sociedade, ele disse que o novo estatuto, aprovado no Senado, aliado a projetos já desenvolvidos por administrações petistas, pode provocar a reativação de mercados paralisados e a multiplicação dos empregos no País.

Conforme o documento, vários países em todo o mundo adotam o incentivo às micro e pequenas empresa como solução eficaz na geração de empregos e distribuição de renda. "ao contrário do caminho trilhado pelo Brasil". O documento diz também que a crise brasileira atinge os setores da sociedade de forma diferenciada, beneficiando os que gozam de privilégios oficiais, mas submetendo os micro e pequenos empresários a taxas extorsivas de juros e a uma competição internacional predatória. Para o PT, essa situação não permite a indiferença.

# Urgência para o novo estatuto de micro e pequena empresas

*Proposta atende anseios por maior desenvolvimento, geração de empregos e ampliação do mercado interno, afirma Sarney*

Tão importante para o País quanto o projeto que o governo acaba de aprovar na Câmara dos Deputados, retirando o ICMS das exportações para estimular o comércio com o exterior, são o projeto de Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e o que altera seus regimes tributários para incentivar a geração de empregos e a incorporação de milhões dessas pequenas unidades econômicas ao mercado formal. A afirmação é do presidente do Senado, José Sarney, que na manhã de ontem participou da abertura de seminário sobre micro, pequenas e médias empresas, na Câmara dos Deputados.

O senador defendeu a concessão de urgência urgentíssima, pelas lideranças partidárias, para essas duas proposições, a fim de que possam ser rapidamente apreciadas e

aprovadas pelos deputados. Aplaudido pelos micro e pequenos empresários como autor desses projetos, que já foram aprovados no Senado, Sarney disse considerá-los como "matérias de autoria do Congresso como um todo, em resposta aos anseios da Nação por maior desenvolvimento, geração de mais empregos e ampliação do mercado interno, tão importante quanto o segmento exportador".

No Senado, os projetos do novo estatuto para as micro e pequenas empresas e de regime tributário especial foram relatados pelo senador

Bello Parga (PFL-MA), que também participou da abertura do seminário, ao lado de quase 50 deputados, inúmeras lideranças empresariais e do ministro Francisco Dornelles, da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Sarney saudou a competência do ministro e o anúncio feito por ele de que o governo apóia o novo estatuto e a concessão de benefícios para as micro, pequenas e médias empresas brasileiras. As polêmicas em torno de eventuais perdas de receitas tributárias já ficaram no passado, enfatizou o presidente do Senado.



Estímulo à pequena empresa foi tema do seminário ontem na Câmara

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE Senador José Sarney

- 9h30** - Participa da reunião da bancada do Maranhão.  
**9h45** - Recebe o senador Bernardo Cabral e o embaixador de Israel, Yakov Keinan.  
**10h** - Preside sessão extraordinária do Senado.  
**14h30** - Preside sessão deliberativa do Senado.  
**15h** - Recebe o ministro do Planejamento, Antônio Kandir.  
**Pauta:** Entrega da proposta orçamentária da União de 1997.

### PLENÁRIO

- 10h - Sessão extraordinária do Senado**  
**Pauta:** Votação do Substitutivo ao PLC nº 73/94 e suas emendas, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.  
**14h30 - Sessão deliberativa do Senado**  
**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: **\*Substitutivo do Senado ao PLC nº 52/94**, que dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de processos judiciais findos; **\*Redação final das emendas do Senado ao PLC nº 117/94**, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227/67 - Código de Mineração; **\*PLC nº 74/95**, que inclui no Plano Nacional de Viação o trecho que menciona no estado de Minas Gerais; e primeiro dia de discussão em primeiro turno das **\*PECs nºs 18/95**, que trata das campanhas eleitorais, e **57/95**, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e

ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.

### COMISSÕES

- 10h - Comissão de Educação**  
**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: **\*PLS nº 18/95 (terminativo)**, que inclui a disciplina "História e Cultura da África" nos currículos que especifica; **\*PLS nº 102/96 (terminativo)**, que dispõe sobre a exibição de filmes brasileiros de curta-metragem; **\*PLS nº 92/96 (terminativo)**, que institui a meia-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos; **\*PLC nº 102/95 (não terminativo)**, que institui a residência odontológica e cria a Comissão Nacional de Residência Odontológica; **\*PLC nº 44/96 (não terminativo)**, que dispõe sobre a veiculação de mensagem voltada à educação para o trânsito; e **\*PLC nº 107/94 (não terminativo)**, que dispõe sobre a criação do programa empresarial de alfabetização de adultos. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.  
**10h - Comissão de Serra Pelada**  
**Pauta:** Depoimento do delegado Nacional da União Sindical, José Altino Machado, e do diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral, Miguel Navarrete Fernandez Júnior. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.  
**11h - Comissão Mista de Orçamento**  
**Pauta:** Audiência pública com o ministro do TCU, Homero Santos, relator do parecer prévio às contas do governo federal de 1995. **Plenário 02 - Anexo II - Câmara dos Deputados.**

# Senado aprova a emenda que remunera melhor o professor

*Número de alunos matriculados no ensino básico, e não população, é que determinará volume de dinheiro destinado ao município*

O plenário do Senado aprovou ontem a proposta de emenda constitucional que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o qual criará condições para a melhoria do salário dos professores de ensino básico de todo o País. Conforme o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, o salário médio desses professores poderá ficar em R\$ 300 por mês, bem mais alto do que a remuneração de professores da maioria dos municípios do Norte-Nordeste.

Segundo a proposta, que ainda deverá ser votada em segundo turno no dia 11 de setembro, os municípios serão obrigados a aplicar 60% das verbas destinadas à educação no pagamento de salário de professores do ensino fundamental (ex-primário). Muda-se o critério para gastos na educação. Ao invés de se tomar por base população e arrecadação de impostos para aplicação do dinheiro, a proposta determina que se utilizará como parâmetro o número de alunos matriculados no ensino básico. Ficará garantido o gasto mínimo de R\$ 300 por aluno ao ano. Caso o município não tenha esse di-

neiro, o governo federal complementará a verba municipal.

O senador José Serra (PSDB-SP), ex-ministro do Planejamento, informou ao plenário que a emenda constitucional aumentará em cerca de R\$ 200 milhões os gastos federais na área do ensino fundamental. A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) votou a favor, mas lamentou que a emenda só fale dos professores em sala de aula, deixando de lado orientadores e supervisores de escolas. Ela registrou ainda que a proposta não beneficia o ensino pré-escolar e afirmou que o governo deveria ter colocado em discussão todo o setor educacional, e não apenas o ensino básico. "De qualquer forma, é a primeira vez que se busca colocar na Constituição um compromisso com a valorização do magistério", disse a senadora.

Conforme o senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), a emenda "é da maior importância" por obrigar o governo federal a aplicar mais verbas no ensino fundamental. "E podem ter certeza de que ele aplicará, tal



José Serra



Emília



Darcy Ribeiro



Napoleão

será a pressão dos prefeitos pelas verbas."

Darcy Ribeiro também destacou que esta é uma das poucas vezes em que o governo legisla para melhorar o salário dos professores, mas lamentou que a proposta de emenda constitucional não exija, como contrapartida, uma qualificação dos professores. O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) também saudou a mudança constitucional, que entrará em vigor já no dia 1º de janeiro do ano que vem, caso obtenha aprovação em segundo turno.

## Arbitragem para contratos decidirá litígio

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de autoria do então senador Marco Maciel e hoje vice-presidente da República que autoriza a criação de escritórios de arbitragem, destinados a decidir litígios de contratos que envolvam patrimônios de pessoas ou empresas.

Essa arbitragem, existente em quase todos os países desenvolvidos, só poderá ser requerida pelas partes desde que o contrato entre elas tenha cláusula prevendo o recurso aos escritórios em caso de dúvidas. Qualquer pessoa poderá criar um escritório, sem a exigência de que seja advogada. A arbitragem, uma maneira de solucionar litígios mais rapidamente e com gastos menores, poderá ser requerida inclusive em contratos de compra de imóveis.

O projeto, que agora irá à sanção do presidente da República, entrando em vigor imediatamente, prevê ainda que os juízes adotarão rito mais rápido para dirimir dúvidas contratuais - o juiz pode decidir na primeira audiência com o réu ou então em dez dias. A arbitragem está prevista no Código de Processo Civil, mas não havia sido regulamentada.

### MUNICÍPIOS

Os senadores aprovaram ainda na sessão de ontem emenda constitucional que torna mais difícil a criação de novos municípios. A emenda diz que só poderão ser emancipados distritos depois da realização de estudos de viabilidade do novo município.

Além disso, prevê que lei complementar federal impedirá a realização de plebiscitos de emancipação em épocas de eleições municipais. A emenda agora será promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara.

## Marina propõe medida para evitar troca de bebês

Para evitar o desaparecimento de recém-nascidos, a troca de crianças e a prática conhecida como "adoção à brasileira" (alguém registrar o filho de outra pessoa como sendo seu), a senadora Marina Silva (PT-AC) apresentou projeto que obriga os hospitais a copiare, em um mesmo docu-

mento, as impressões digitais da mãe e a impressão dos pés do recém-nascido. Esse documento seria indispensável à obtenção do registro de nascimento.

A senadora acredita que essa providência facilitará o reconhecimento, em caso de necessidade, e "certamente dificultará o desapare-

cimento de crianças".

Outro projeto apresentado por Marina propõe que no caso de adoção, somente após julgada a sentença, é que poderá ser expedido o alvará judicial autorizando a emissão de passaporte e viagem de crianças e adolescentes para o exterior.

# Dutra retira projeto sobre privatização da Vale

*A decisão surpreendeu a quase todos os senadores em plenário, quando a matéria começou a ser discutida. O líder do PT argumentou que sua proposta vinha sendo desvirtuada*

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) retirou ontem o projeto de sua autoria que submetia a privatização da Cia. Vale do Rio Doce ao Congresso Nacional. O requerimento do senador foi apresentado quando o plenário começava a discutir o assunto e surpreendeu a quase todos os senadores.

Dutra, que é contra a privatização da empresa, argumentou que sua proposta vinha sendo desvirtuada, pois a discussão passou a ser sobre a divisão do dinheiro da venda da CVRD entre os nove estados onde a empresa funciona hoje. O requerimento foi aprovado com poucos votos contrários.

- Estão me dizendo que agora o governo federal poderá fazer como quiser a privatização da Vale. Estou dizendo isso desde agosto do ano passado, mas o Congresso não quer usar de sua prerrogativa de decidir se o Executivo deve ou não vender a empresa. O meu projeto não trata da distribuição do dinheiro da venda da Vale. Qualquer parlamentar pode apresentar uma proposta



José Eduardo Dutra

destinando esse dinheiro para onde quiser - afirmou José Eduardo Dutra.

A senadora Regina D'Assumpção (PTB-MG) anunciou que pretende apresentar projeto destinando o dinheiro da privatização da Vale aos estados onde ela funciona. Quase todos os líderes de partido ocuparam a tribuna para dizer que respeitavam a deci-

são do senador José Eduardo Dutra. O líder do PMDB, Jáder Barbalho (PA), ainda tentou convencer Dutra a não retirar seu projeto e explicou que seu partido pretendia adiar a votação do mesmo até o próximo dia 11 porque a bancada do PMDB, reunida na terça-feira (dia 27), não havia tomado posição sobre a destinação do dinheiro da venda da CVRD.

## Dinheiro da venda centraliza o debate

O senador José Fogaça (PMDB-RS) informou que a bancada do seu partido pretendia apresentar emenda com o objetivo de permitir ao Congresso sustar a privatização da Vale caso fosse encontrado algum problema no processo de venda. Gilberto Miranda (PMDB-AM) afirmou que foi por sua iniciativa que a bancada do PMDB pretendia pedir adiamento da votação do projeto, depois de ter tomado conhecimento de uma proposta dos nove governadores dos estados onde funciona a Vale, os quais pretendiam ficar com 50% do dinheiro, para investimentos. "E os outros estados não receberiam nada?", questionou Miranda.

O senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), que apresentara substitutivo ao projeto do senador José Eduardo Dutra na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, afirmou que pretendia dar uma alternativa aos estados onde a Vale atua, prevendo aplicação do dinheiro em obras de infra-estrutura. "Minha intenção era promover investimentos, crescimento", esclareceu. O lí-

der do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), assinalou que, desde o início da tramitação do projeto, o presidente Fernando Henrique Cardoso vem dizendo que respeitaria a decisão do Congresso.

Por sua vez, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou que o artigo 48 da Constituição prevê que a venda de empresas detentoras de minas deve ser submetida ao Congresso pelo presidente da República - por isso, ele votou contra o requerimento de retirada do projeto do senador José Eduardo Dutra.

Os senadores Eptácio Cafeteira (PPB-MA), Júnia Marise (PDT-MG), Ademir Andrade (PSB-PA), Josaphat Marinho (PFL-BA), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Jáder Barbalho (PMDB-PA) e Pedro Simon (PMDB-RS) reafirmaram suas posições contra a privatização da CVRD. Simon advertiu que o presidente Fernando Henrique Cardoso poderá enfrentar problemas no futuro "se privatizar a Vale de qualquer jeito".

## Kandir é convidado para falar sobre as metas do governo

O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, deverá comparecer, atendendo a convite, à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, para prestar esclarecimentos sobre o Plano Brasil em Ação, que reúne as principais metas do atual governo. Requerimento nesse sentido, de iniciativa do senador Freitas Neto (PFL-PI),

foi aprovado ontem pela comissão, que já enviou o convite ao ministro.

A comissão também aprovou proposta para realização de seminário sobre os órgãos reguladores dos setores elétrico, de telecomunicações e de combustíveis. A sugestão foi feita pelo presidente da comissão, senador José Agripino (PFL-RN).



José Agripino presidiu a reunião de ontem da comissão

# Odacir quer reforma agrária privada

Senador cita projetos de colonização como exemplos vitoriosos de reestruturação fundiária, em apoio e complemento às ações do governo no setor, sem representar ônus ao Tesouro

## Segurança para produtor que utiliza Proagro

O plenário do Senado aprovou ontem substitutivo a projeto de lei da Câmara estabelecendo que débitos oriundos de crédito rural só podem ser cobrados após manifestação da Comissão Especial de Recursos do Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária).

Pela decisão, o agente financeiro terá que prorrogar o vencimento original da operação de crédito pelo prazo de 120 dias, desde que o cliente devedor tenha comunicado perdas e entrado com recurso junto à Comissão Especial de Recursos (CER).

O projeto, que voltará à Câmara, evita que as instituições financeiras executem os produtores rurais antes da decisão da CER, ou seja, antes de se definir se eles têm ou não direito aos benefícios do Proagro, como vem sistematicamente acontecendo.

De acordo com a lei de sua criação, o Proagro se destina a exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas a operações de crédito cuja liquidação foi dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações.

A participação da iniciativa privada no processo da reforma agrária foi defendida pelo senador Odacir Soares (PFL-RO), que pediu ao Incra providências imediatas para a reativação e incremento da colonização particu-

lar - nos moldes previstos pelo Estatuto da Terra -, como forma de facilitar a solução "da mais urgente e explosiva questão social com que convive a sociedade brasileira".

Odacir Soares, ao referir-se a projetos de colonização particular levados a efeito no Paraná, Mato Grosso e Pará, afirmou que a iniciativa privada "já deu provas inequívocas da sua competência" para atuar como apoio e complemento das ações do governo dirigidas ao desenvolvimento agrário e ao adequado assentamento dos sem-terra. Além disso, segundo garan-



Odacir Soares

tiu, a colonização particular não traz ônus para o governo federal.

Para o senador, o governo mostra estar desatualizado quando desapropria terras sem se preocupar em destiná-las imediatamente aos que precisam delas para viver, ou o faz sem a

proteção de projetos bem estruturados. "É preciso que o Ministério Extraordinário de Política Fundiária e o Ministério da Agricultura e do Abastecimento entendam que reforma agrária não se resume em desapropriar glebas e entregar um lote de terras ao colono", advertiu.

Odacir Soares explicou que a colonização particular estará sempre sujeita aos limites estabelecidos pela autoridade pública, cabendo ao Incra, além do cadastramento das empresas colonizadoras, aprovar os projetos e fiscalizar seu desenvolvimento.

## Lobão apóia Jungmann ao romper com sem-terra

O senador Edison Lobão (PFL-MA) cumprimentou ontem o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, pelo rompimento das negociações com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Segundo o senador, o ministro "procedeu bem", pois, assinalou, queria do MST o compromisso de suspensão das invasões das sedes do Incra e recebeu resposta ambígua.

Afirmando que "a invasão



Edison Lobão

de repartições públicas não é reforma agrária", o senador disse que o governo precisa preservar sua autoridade para poder conduzir o processo no País.

Edison Lobão lamentou que os debates sobre a questão agrária que vêm sendo realizados diariamente no plenário do Senado não estejam recebendo a devida cobertura da grande imprensa. "O tema é transcendental", frisou.

## Sarney: PMDB não trata de reeleição agora

O PMDB deliberou não tratar da questão da reeleição neste ano e, portanto, essa discussão fica para o ano que vem, afirmou ontem o presidente do Senado, José Sarney, em entrevista à imprensa. Ele considerou, ainda, que "o Peru não é um bom exemplo para o Brasil e nem para ninguém", com a iniciativa do Congresso daquele país de aprovar mudança constitucional que permitirá ao atual presidente, Alberto Fujimori, disputar sua segunda reeleição, para um terceiro mandato.

Com relação às atividades parlamentares durante o período de campanha eleitoral, Sarney garantiu que o Senado está "com sua pauta em dia" e não fará qualquer tipo de recesso até 3 de outubro. Em uma ou outra semana poderá ocorrer a não-realização de três sessões deliberativas, conforme o planejamento da Mesa da Casa, "mas isso será compensado na semana seguinte, quando certamente teremos maior número de sessões deliberativas", explicou.

# CCJ aprova indicação de defensor público

Reinaldo Silva Coelho, durante a sabatina, defendeu a criação de 200 vagas para o cargo, devido ao acúmulo de processos. O senador Romeu Tuma relatou a matéria

## Suplicy: Congresso deve rejeitar contas de Collor

"É preciso que todo presidente, governador e prefeito deste País que for flagrado em malversação de recursos ou em atos que visem ao enriquecimento ilícito seja exemplarmente punido", afirmou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao elogiar decisão da Comissão Mista de Orçamento, que resolveu rejeitar as contas do Executivo relativas ao período de 1º de janeiro

a 29 de setembro de 1992 (governo Collor), aprovando as contas de 30 de setembro a 31 de dezembro daquele ano (governo Itamar).

O senador pregou a necessidade de que esse entendimento seja mantido pelo plenário, onde a matéria ainda será votada. Lembrando que a Coreia do Sul acaba de julgar e condenar dois ex-dirigentes nacionais acusados de participação em golpe militar, traição e corrupção, ele afirmou que pessoas como essas "precisam ser exemplarmente punidas".

Suplicy também registrou as observações do secretário executivo da Pastoral da Terra, Írio Conti, segundo o qual, apesar de fazer discurso favorável à reforma agrária, o governo não está se esforçando o suficiente. Edison Lobão (PFL-MA) e Pedro Simon (PMDB-RS), em apartes, disseram que a reforma agrária precisa ser mais debatida.



Iris (E) e Alcântara, na reunião da Comissão de Justiça

## Para Suassuna, fazer dívida em final de governo deve ser proibido

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem a aprovação de uma nova legislação que impeça os maus administradores e os maus políticos de inviabilizarem a administração de seus sucessores. Ele salientou que a indústria da dívida deve acabar, sugerindo que seja proibida a criação de dívida nova no último ou, então, nos dois últimos anos de governo, embora entenda que só isso não seja suficiente.

- Não podemos permitir que os justos paguem pelos pecadores e que as contas dos maus governantes continuem a estourar no colo do governo federal, o que significa dizer que o País como um todo terá de arcar com os prejuízos causados pelos irresponsáveis - frisou.

Para Ney Suassuna, o nosso sistema institucional privilegia e incentiva os maus administradores, que deixam para seus futuros sucessores administrações financeiramente falidas. O senador in-

formou que a situação do endividamento de estados e municípios não é mais animadora do que a da União. Salientou que o estoque da dívida mobiliária nos estados está na casa de R\$ 50 bilhões, enquanto a dívida interna mobiliária federal já passa dos R\$ 160 bilhões.

O senador afirmou ainda que o déficit público deve ser contido para que a continuidade do plano de estabilização não seja abalada. Ele disse que, à medida que o déficit vai-se alargando, as bases de consistência para o Plano Real vão sendo minadas.

Suassuna defendeu ainda a aprovação do projeto de isenção do ICMS, visando aliviar os custos das exportações. O senador informou que o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, vai participar terça-feira (dia 3) de um debate na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado sobre o assunto. Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou o discurso de Ney Suassuna.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), aprovou ontem mensagem do presidente da República indicando o nome do defensor público Reinaldo Silva Coelho para exercer o cargo de defensor público-geral da União, no biênio de 1996 a 1998.

O relator da matéria, senador Romeu Tuma (PSL-SP), elogiou em seu parecer a conduta profissional de Silva Coelho e ressaltou sua capacidade para o exercício do cargo. Durante sabatina, que contou com a participação dos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), vice-presidente da CCJ, e Ney Suassuna (PMDB-PB), Silva Coelho defendeu a necessidade de serem criadas cerca de 200 vagas de defensor público, devido ao acúmulo de processos.

Também foi aprovado parecer contrário do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) a projeto oriundo da Câmara dos Deputados que altera o Estatuto dos Mineiros, condicionando o trabalho de mineração somente ao elemento do sexo masculino. Na mesma reunião, a comissão rejeitou parecer favorável do senador Esperidião Amin (PPB-SC) a projeto de lei complementar de autoria do senador Lauro Campos (PT-DF), que amplia os casos de inelegibilidade dos membros dos legislativos federal, estaduais e municipais, mediante renúncia do detentor do mandato até quatro meses antes do pleito.

As matérias apreciadas ontem pela Comissão de Justiça serão submetidas à deliberação do plenário da Casa.



Suplicy



Ney Suassuna

## Mauro reclama regras para a agricultura

O Centro-Oeste não reclama benesses nem favores especiais, mas apenas "regras políticas claras, créditos compatíveis com o calendário da agricultura, infra-estrutura de transportes, pontualidade nas indenizações do Proagro e assistência técnica que proteja a qualidade e garanta o aumento da produção", disse ontem o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) ao comentar uma reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* sobre o desempenho da atividade agrícola da região.

- Estamos alcançando novos patamares de produção e de produtividade que tornarão irreversível a multiplicação de empreendimentos agroindustriais, principalmente em Goiás, onde o clima, o solo, as águas e a topografia são riquezas incomparáveis. A reportagem é um documento importante na confirmação de fatos que os goianos já conhecem, em relação aos grandes potenciais da agricultura nos cerrados - frisou.



Mauro

Defendendo para a agricultura condições de igualdade com a indústria, Mauro Miranda informou que o setor primário está saindo de uma crise sem precedentes, com elevados índices de quebra por causa da redução da safra e pelo baixo preço dos produtos. "A agricultura irrigada, que aumentou expressivamente as respostas econômicas da produção agrícola, viveu todos os efeitos diretos e indiretos da crise, e já começam a ser registrados alguns sinais de reversão em muitas áreas do meu estado", disse.

Para o senador, as tendências indicam o crescimento das áreas irrigadas, "que levaram ao barateamento dos custos".



Krause (E) depõe na CAE, ao lado de Gilberto Miranda

## Senadores debatem pacote ecológico na CAE com Krause

*Ministro anuncia investimento de R\$ 13 bi, nos próximos dez anos, em florestas plantadas*

O ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, disse ontem, durante palestra na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), que o governo federal deve anunciar nos próximos 30 dias o início de um programa de florestas plantadas, no qual deverão ser aplicados R\$ 13 bilhões nos próximos dez anos.

Krause compareceu à CAE, que é presidida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), para debater a Medida Provisória 1.511-1, que estabelece as linhas básicas de uma nova política ecológica para o País. De acordo com o líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), autor do requerimento de convocação do ministro, o pacote ecológico só terá eficácia se forem implementadas medidas econômicas que deem suporte às preocupações oficiais no setor.

Segundo Jader, a primeira medida deve ser a definição de um zoneamento econômico e ecológico, de modo que os investimentos feitos na Amazônia deixem de beneficiar apenas poucos que, em sua maioria, moram no Sudeste. O ministro esclareceu que as mudanças implementadas a partir da MP poderão corrigir essa e

outras distorções. Nesse sentido, ele reportou-se à situação absurda do madeireiro na Amazônia "que vende a tora por uma unidade monetária e essa madeira, depois de exportada e industrializada, dá um lucro de 150 unidades monetárias para o industrial estrangeiro".

O emprego da tecnologia avançada na fiscalização do desmatamento, que só entre os anos de 92 e 94 aumentou o correspondente a um estado do Ceará, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foi questionado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). Ele argumentou que, apesar de a MP ter reduzido de 50% para 20% a área que poderá ser desmatada em cada propriedade, os grandes proprietários não respeitam as determinações legais. O senador também alertou o ministro para a importância de serem adotadas medidas de modo a impedir que as árvores arrancadas nos desmatamentos sejam queimadas, como acontece na maioria dos casos.

Também participaram dos debates os senadores José Bianco (PFL-RO), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Marina Silva (PT-AC) e Marluce Pinto (PMDB-RR).

## Odacir e Lúdio dirigem comissão que aprecia MP

O senador Odacir Soares (PFL-RO) foi eleito presidente da comissão mista destinada a examinar a nova edição da medida provisória que limita em 20% a área de desmatamento florestal em propriedades rurais na Amazônia. O vice-presidente da comissão da MP 1.511-1, de 22 de agosto, é o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) e o relator, o deputado Elton Rohnelt (PSC-RR).

Integram também a comissão, como titulares, os senadores Jader Barbalho (PMDB-PA), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Bernardo Cabral (PFL-AM), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Marina Silva (PT-AC). O prazo final da comissão mista é o dia 6 de setembro. A medida provisória terá de ser votada pelo Congresso Nacional até o dia 21 do mesmo mês.

## Amorim aponta perseguição a madeireiros



Amorim

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) acusou ontem vários órgãos governamentais de estarem atuando com truculência

em Rondônia, perseguindo madeireiros. Segundo ele, "o clima é de terror".

O objetivo da "fiscalização intensa" empreendida por aqueles órgãos, na opinião do senador, é provocar a falência dos empresários do setor madeireiro. Com a diminuição das cotas de desmatamento previstas em medida provisória, afirmou, as empresas praticamente não podem trabalhar, nem vender, "por falta de apoio fiscal". Por isso, ele defende uma revisão da medida provisória.

# Campos defende remédios sem ICMS

*A isenção abrangeria os medicamentos usados no combate ao câncer e à Aids, o que evitaria, segundo o senador, a morte precoce de muitos milhares de brasileiros*



Marina Silva

## Marina lamenta uso eleitoral de raiva no AC

A senadora Marina Silva (PT-AC) lamentou ontem que, na campanha eleitoral para a prefeitura de Rio Branco, casos de mortes por raiva canina estejam sendo utilizados contra o atual prefeito, Jorge Viana, do PT. "Não fossem as ações da prefeitura atual, teria sido o caos", disse.

Segundo a senadora, a administração petista encontrou o canil municipal sucateado pela irresponsabilidade das duas administrações anteriores. Mesmo assim, realizou a cobertura vacinal de 83% dos cães domésticos e vadios de Rio Branco e de dois municípios adjacentes, afirmou. Além disso, frisou, a prefeitura colocou carrocinhas nas ruas e sacrificou os cães raivosos.

Marina Silva salientou que todas essas medidas foram adotadas pela administração municipal enquanto aguarda a liberação de recursos da Fundação Nacional de Saúde para a construção de um centro de zoonoses.

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu a isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS) para todos os medicamentos usados no combate ao câncer e à Aids. Ele sugeriu que os secretários de Fazenda dos estados tomem essa decisão rápida e coletivamente para abrandar a dor e evitar a morte precoce dos milhares de brasileiros atingidos por essas enfermidades.

- O câncer e a Aids são doenças que vêm matando grande contingente de brasileiros e têm em comum o alto custo dos medicamentos, além dos sofrimentos enormes que causam aos pacientes. Além disso, em ambos os casos, a medicação em tempo hábil reduz significativamente o custo do tratamento - explicou Júlio Campos, lembrando o quanto esses gastos oneram as famílias dos

pacientes e os cofres públicos.

Júlio Campos disse que, ao lado dos 268 mil novos casos de câncer que surgirão este ano no País, o Ministério da Saúde aponta a existência de aproximadamente 500 mil pessoas infectadas pelo vírus da Aids, sendo urgente, portanto, a seu ver, uma ação decidida no combate e na prevenção dessas enfermidades.

- Cuidar bem da saúde não representa um gasto, mas um investimento - garantiu Júlio Campos, que refuta a falta de recursos como desculpa para não se isentar do ICMS os citados medicamentos. Projeção da Organização Mundial da Saúde indica que, quando todas as pessoas infectadas pelo vírus da Aids efetivamente adoecerem, o Brasil terá um gasto anual, provocado pela moléstia, de US 2,7 bilhões, concluiu o senador.



Júlio Campos

**Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo**

*Informações para recepção do sinal da TV Senado*

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz

Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz

Frequência RX (Banda -L) - 1505,60 Mhz

Antena - 3,6 m

LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)

Receptor de Vídeo/Audio Digital

NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S

Integrated Receiver/Decoder (IRD)

Fabricante: CLI (Compressed Digital Vídeo)

Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600

Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

## Sarney recebe visita de Jatene

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem visita do ministro Adib Jatene, da Saúde, que lhe convidou para participar da abertura da 10ª Conferência Nacional de Saúde, a começar no próximo domingo (dia 1º), em Brasília.

Sarney recebeu também o novo presidente do Partido da Frente Liberal (PFL),

deputado José Jorge, de Pernambuco. Segundo o parlamentar pernambucano, foi uma visita de cortesia, que "eu estava devendo para uma troca de idéias com o presidente Sarney, desde que assumi a direção do partido". Esteve ainda com o presidente do Senado o deputado Fernando Lyra, acompanhado de um grupo de empresários.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, ERNANDES AMORIM, EDUARDO SUPPLY, CARLOS BEZERRA E NEY SUASSUNA

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotonio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Supply ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Journalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal